

AS TRAMAS DO TRABALHO: SIGNIFICADOS E SENTIDO

Vivian Rafaella Prestes

Mestra em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá, doutoranda pela Universidade Estadual Paulista e professora assistente do Instituto Adventista Paranaense.

psicologa.vivian@hotmail.com

Magda Arlete Vieira Cardozo

Mestra em psicologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, doutoranda pela mesma instituição e coordenadora do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Adamantina.

mavcardozo@yahoo.com.br

Ana Vitória Salimon-Santos

Mestra em psicologia pela Universidade Estadual Paulista, doutoranda pela mesma universidade e professora do Centro Universitário de Adamantina/SP.

avsalimon@gmail.com

Alexandre L. Ponce Martins

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá, doutorando pelo mesmo Programa e membro do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização

poncemartins@hotmail.com

RESUMO: Atualmente, o suicídio tem sido um assunto ampla e sistematicamente discutido em âmbito mundial, visto o número de vidas perdidas e aos impactos de diversas ordens aos que ficam, chamados sobreviventes, e ao sistema socioeconômico. Neste aspecto, o presente artigo objetiva discutir, a partir de uma leitura bibliográfica, os significados do trabalho a partir de sua base conceitual, sua origem epistemológica, sua conceituação científica e seu sentido subjetivo para o indivíduo, finalizando-se, a posteriori, a discussão com algumas considerações sobre o suicídio no âmbito das relações trabalhistas contemporâneas.

Palavras chave: conceito, epistemologia, suicídio, subjetividade.

THE PLANS OF WORK: MEANINGS AND SENSE

ABSTRACT: Currently, suicide has been a widely and systematically discussed issue worldwide, given the number of lives lost and the impacts of toyotismo orders on those who

remain, called survivors, and the socioeconomic system. In this regard, this article aims to discuss, from a bibliographic toyotism, the meanings of work from its conceptual basis, its epistemological origin, its scientific conceptualization and its subjective meaning for the individual, ending, a posteriori, the discussion with some considerations about suicide in the toyotism of contemporary labor relations.

Keywords: concept, epistemology, suicide, subjectivity.

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) identifica o suicídio como um problema de Saúde Pública. Em um documento elaborado por esse órgão, intitulado “prevenção do suicídio: um recurso para conselheiros” (OMS, 2006), afirma-se que no ano de 2000 houve cerca de um milhão de suicídios no mundo, número avaliado como abaixo do que, provavelmente, tenha ocorrido de fato, devido à subnotificação e baixa qualidade dos dados. A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS, 2018), na folha informativa de 2018, anunciou que o suicídio, em 2016, foi a segunda principal causa de morte entre jovens no mundo.

Notícias estampadas em jornais escancaram suicídios associados a categorias profissionais, locais ou condições de trabalho. Entre outras tantas, encontramos: “Empresário se suicida em frente a ministro e governador de Sergipe no evento Simpósio de Oportunidades em 04/07/2019”, “Policial se suicida na frente da câmera do facebook, em transmissão ao vivo, em 30/01/2017”, “Técnico em enfermagem se suicida dentro do hospital (Coruripe – Alagoas) em 24/03/2019”, “Suicídio de agricultor comove distrito de Culturama em 22/07/2019”, “Professora comete suicídio ao pular da Ponte Rio-Niterói em 27/09/2019”.

Rubem Alves, prefaciando, o livro “Do suicídio” de Roosevelt Cassorla (1991) nos brinda com o “morto que canta”, fazendo-nos pensar a respeito do que nos conta uma morte por suicídio, morte esta auto infligida, na qual a mesma pessoa torna-se vítima e algoz de si mesma.

Considerando o suicídio como um gesto de comunicação, dentre tantas outras definições, o presente artigo objetiva refletir sobre as relações entre suicídio e trabalho. O suicídio é um fenômeno multifacetado, isto é, inúmeros fatores são considerados para compreendê-lo, pois

envolve aspectos biopsicossociais interagindo entre si, além das próprias características individuais e peculiares de cada suicídio ou tentativa em especial.

São inúmeros os fatores que influenciam no comportamento suicida, envolvendo fatores psicológicos, sociais, ambientais, familiares, culturais e genéticos. Entre os fatores demográficos encontramos: sexo masculino; faixas etárias entre 15 e 35 anos e acima de 75 anos; estratos econômicos extremos; residentes em áreas urbanas; desempregados (principalmente perda recente do emprego); aposentados; isolamento social; solteiros ou separados; migrantes; entre outros.

A partir da compreensão complexa do fenômeno, diversas são as providências indicadas para sua prevenção, tais como: atenção a pessoas que sofrem doenças incapacitantes e com muita dor, acesso a serviços de saúde mental, avaliação e seguimento de casos de tentativas de suicídio, apoio emocional a familiares enlutados, Intervenções psicossociais em crises, políticas voltadas para a qualidade do trabalho e para situações de desemprego, conscientização da população, divulgação responsável pela mídia, redução do acesso a meios letais, programas em escolas, detecção e tratamento da depressão e de outros transtornos mentais, atenção a pessoas que abusam de álcool e outras drogas psicoativas, treinamento de profissionais de saúde em prevenção do suicídio, manutenção de estatísticas atualizadas sobre suicídio e monitoramento da efetividade das ações de prevenção idealizadas pelo plano. (ANDERSON E JENKINS APUD BOTEGA, 2015).

Cabe ressaltar que a perda de emprego e a aposentadoria são considerados fatores de risco para o suicídio bem como políticas voltadas para a qualidade do trabalho e para situação de desemprego são compreendidas como medidas de prevenção.

Quando dizemos sentido do trabalho, referimo-nos àquilo que sentimos ao ir trabalhar, conversar com as pessoas com as quais trabalhamos, sobre o nosso trabalho e por que o realizamos, ou seja, as representações psíquicas que fazemos de nosso trabalho. Podemos até pensar na própria escolha da profissão ou na impossibilidade de escolher e trabalhar porque é preciso; é preciso pelo salário, pelas interações sociais, pelo lugar que se ocupa e é adjetivado.

Desta maneira, este trabalho está estruturada em um texto que fará a discussão teórica acerca do trabalho, articulando sua origem epistemológica, sua conceituação científica e seu

sentido subjetivo para o indivíduo, finalizando a discussão com algumas considerações sobre o suicídio no âmbito das relações trabalhistas contemporâneas.

2 OS SIGNIFICADOS E SENTIDOS DO TRABALHO

Várias terminologias, em vários idiomas, denominam o trabalho, no entanto, o termo originado do vocabulário latino “*tripalium*”, que remete a um instrumento utilizado pelas suas formas pontiagudas, tanto no plantio e colheita de cereais, quanto para tortura, como mais ficou conhecido, tipificando metaforicamente o trabalho enquanto tortura. Ainda, o termo labor, do latim “*laborare*”, que significaria trabalho árduo e prolongado, mas também como algo que leva ao reconhecimento social. Percebemos que há ambivalências quanto aos conceitos como também há na relação que se estabelece com o trabalho.

Aprofundando-se em uma temática delicada, a designação do significado do trabalho, apresentaremos, primeiramente, seu conceito. *A priori*, no âmbito do senso comum, o trabalho é percebido, de certo modo, como algo normativo, marcando como referência o labor assalariado, todavia, ressalta-se que o sentido científico do termo tem um significado maior e mais antigo do que tal interpretação.

Objetiva-se neste recorte, em um primeiro momento, compreender o significado conceitual de trabalho, *a posteriori*, identificar-se-á sua definição a partir de um viés subjetivo, identificando-se seu sentido por meio das perspectivas de classes e estamentos sociais.

Desta maneira, pretende-se sedimentar o que se espera do trabalho enquanto meio de subsistência na contemporaneidade. Assim, a articulação proposta torna-se necessária, uma vez que a identificação do que é o trabalho em uma interpretação científica em conjunto com as expectativas de uma sociedade globalizada e excessivamente hierarquizada, estabelecem uma dialética que é pouco debatida, muitas vezes, no próprio ambiente de trabalho. Os conflitos decorrentes de tal relação, associada à velocidade, competitividade e exigências do mundo atual são fatores preponderantes para a ocorrência de agravos significativos para parte expressiva dos trabalhadores, as consequências podem levar, a exemplo, ao adoecimento e ao suicídio.

Pretende-se solidificar o resgate teórico deste recorte a partir das contribuições de Etges (1992), Antunes (2010) e Santos (2013), uma vez que tais autores se aprofundaram na questão do trabalho, contribuindo para o entendimento da temática sob o olhar de diversas áreas científicas como a sociologia, a economia e a psicologia.

O conceito de trabalho tem como gênese em estudos científicos o século XIX, ao qual as contribuições de Hegel e Marx podem ser destacadas de modo mais relevante. Etges (1992) salienta que as concepções hegeliana e marxiana são denotadas como simples quando comparadas às relações que a questão do trabalho abrange no mundo contemporâneo, contudo, seu entendimento demanda o esclarecimento de um silogismo essencial que intersecciona o ser humano, suas carências e a natureza.

As carências humanas são entendidas como necessidades, a natureza cria as barreiras e as soluções para a resolução de problemas que, por sua vez, provocam as necessidades do ser humano. O trabalho é o meio, a natureza enquanto problema e solução deve ser *cyotismo* cado para suprir as respectivas carências de determinado indivíduo ou grupo social (ETGES, 1992).

A colocação de tal silogismo torna-se complexa, já que uma relação aparentemente simples justificou toda a transformação geográfica que a espécie humana criou desde que se apropriou das técnicas e concretizou o trabalho. Dessa maneira, é significativo estabelecer que o trabalho enquanto conceito pode ser apreendido sob oito aspectos, conforme Edge (1992, p. 82):

Primeiro, o trabalho é um processo de exteriorização e objetivação do homem no mundo, pelo qual ele assume o mundo e afinitude que este lhe opõe à sua vontade infinita. [...] Segundo, não se trata aqui da concepção de um modelo artesanal, mas de um conceito universal e genérico, nada empírico, mas lógico, de considerar o trabalho. Terceiro, é uma operação realizada pelo homem que determina um conjunto complexo de operações, tanto internas e externas ao homem. Quarto, pelo trabalho o homem transforma o mundo dado, adequando-o à sua própria forma de ser. Quinto, pelo trabalho, o homem é negado na sua forma indeterminada e natural de ser, é transformado, tanto internamente em suas estruturas interiores, criando novas estruturas de ação, como externamente em sua relação com o mundo, quer seja o mundo dado, como o mundo segunda-natureza por ele mesmo criada.

Assim, o trabalho é uma forma do ser humano demonstrar suas vontades, utilizando o espaço que para ele é disponível, é dotado de técnicas de entendimento físico e mental, é uma

forma de transformar seu meio para chegar aos seus objetivos e, dessa maneira, altera seu sentido enquanto elemento do mundo natural. Sua capacidade de interação no meio é ativa, uma vez que é ator de transformação do espaço. O modelo de interpretação de Edge (1992) é chamado pelo autor de universal e genérico, entendendo o trabalho como sendo igual para todos. Ainda assim, outros três aspectos são considerados:

Sexto, no trabalho não apenas as carências individuais ou os processos de ação puramente individuais tem vez, mas os outros comparecem, ou como um velho necessitado, incapaz de atuar, uma criança ainda tenra, companheiros de produção, ou pessoas ou grupos inteiramente desconhecidos, quer estejam próximos, quer estejam afastados em algum ponto qualquer do planeta e até no espaço exterior: o trabalho socializa objetivamente os homens. Sétimo, o trabalho é um termo médio de um silogismo: de um lado a natureza, e, de outro, as carências, que chegam pelos sentidos ou pela razão à consciência. Neste sentido, o trabalho é, não só a figura por excelência do silogismo, mas o próprio silogismo prático em operação. Digamos que antecipa o silogismo do entendimento formal e da razão especulativa. Oitavo, pelo trabalho, o homem chega à plena consciência de si como razão. Hegel explica demoradamente este processo, ao descrever a consciência dividida entre o desejo absoluto do senhor e a efetivação do desejo feita pelo escravo. (EDGE, 1992, p. 82)

O trabalho é ainda, conforme o autor, um meio de socialização já que pode ser realizado não somente de modo individual, mas também em conjunto, é meio de subsistência, uma forma de suprir as próprias carências e garantir seu sustento e, por fim, configura-se em uma forma de dar significado à sua condição humana, ao qual cria o próprio trabalho pela capacidade de entender suas necessidades.

A partir dos oito aspectos de Etges (1992) é possível apreender o porquê da simplicidade do conceito, já que ele é universal para toda a sociedade, em outras palavras, ele entende o trabalho como uma relação que concretiza o ser humano em uma espécie única. Para o autor, o trabalho nasce a partir das carências e a transformação da natureza é a forma de se suprir tais necessidades.

O trabalho em si nasce em conjunto ao entendimento humano em relação às técnicas, as quais são o meio concreto de transformação da natureza. A perspectiva simples ou generalizada do trabalho, portanto, é histórica e também parte presente na construção da evolução humana. Desta forma, conforme Santos (2013, p.17):

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos.

O autor reforça a perspectiva de Etges (1992), acrescentando a importância da técnica na construção do espaço geográfico. Destaca-se que o trabalho enquanto conceito geral e universal faz parte do entendimento do trabalho assalariado que move o sistema capitalista, porém ainda era diferente do que se entende dele na contemporaneidade.

A parte do trabalho que faz o ser humano se transformar, em essência, no ator ativo de interação com seu meio é Toyotismo ocado, o assalariado trabalha por sua subsistência, mas troca sua força por um valor inferior ao o que de fato produz, gerando mais valia para quem de fato não produz, desta forma, seu papel é passivo.

Para além da definição conceitual, é preciso considerar o sentido (ou ausência de) afetivo e intelectual que o trabalho ou a falta do trabalho tem para cada sujeito em particular. O atributo que o trabalho tem para cada indivíduo, isto é, a forma dele se relacionar com sua atividade, transforma-se por toda a extensão histórica, social e as condições oferecidas em cada momento, por isso, o sentido do trabalho também mudou. Além disso, o olhar sobre o sentido do trabalho depende da perspectiva teórica adotada. A escolhida neste trabalho é a visão crítica adotada por Antunes (2009). Esse autor tem como foco de estudo a precarização no mundo do trabalho e seus efeitos na elaboração do sentido do trabalho e as possíveis repercussões disso na produção de prazer ou sofrimento.

Não podemos pensar no trabalho e em seu sentido sem considerar as nuances socioculturais e econômicas que o cerceiam. Vivemos em uma sociedade capitalista cujos critérios de inclusão/exclusão tem se pautado nas capacidades aquisitivas e de pertencimento que consideram a inclusão no mercado de trabalho e não apenas na formação/qualificação que o indivíduo possui ou na pobreza propriamente dita, como anteriormente se balizava (SAWAIA, 2007). Estar inserido no mercado de trabalho, ter poder de aquisição e participar de um ambiente de convívio e relacionamentos são elementos de pertencimento social e amplitude das redes de

contato. No entanto, administrar tantas conexões, funções e expectativas sociais e familiares demandam muito tempo, dinheiro e investimento afetivo.

As queixas de cansaço, fadiga e estresse parecem recorrentes e persistentes. Em um ciclo que não se interrompe e parece só crescer, há que se considerar que o adoecimento físico e/ou mental acaba sendo cada vez mais constante, podendo evoluir para uma tentativa desesperada de se retirar de tudo isso, de parar com tudo, muitas vezes só visualizada como possível por meio da morte, pois o trabalho tem invadido a casa e a privacidade das pessoas. Pesquisadores já tem discutido questões de saúde mental na geração de teletrabalhadores, cujos indivíduos estão “conectados” aos meios de comunicação ininterruptamente, recebendo mensagens em horários inoportunos, finais-de-semana, feriados e férias.

Outro ponto fundamental a ser considerado é que se antes discutíamos o absenteísmo, ausência no trabalho, hoje se discute a interface desse conceito, o presenteísmo: trabalhadores que não se ausentam de seu trabalho, mesmo muito doentes, ou que estejam desconectados do sentido do trabalho.

O presenteísmo representa uma espécie de paradoxo subjetivo pelo qual o trabalhador se encontra envolvido, e, concomitantemente, a intersecção dessa vivência subjetiva com seu contexto de trabalho, normalmente observada sob a forma de uma diminuição de sua capacidade produtiva. (CAMARGO, 2017, p. 127).

Há que se alertar que o presenteísmo pode significar que, mesmo estando trabalhando, extrapolando os limites do corpo e da mente de quem trabalha adoecido, não se conseguirá manter o padrão desejado no que se faz, o que pode agravar ainda mais a situação, se considerarmos a saúde integral do sujeito.

O presenteísmo ocorre especificamente na relação homem-trabalho-organização. Ele representa uma abstração do sujeito trabalhador, por uma variável duração temporal, de sua atividade profissional e, por assim ser, implica, objetivamente, numa diminuição de produtividade e em riscos a sua saúde, tanto quanto, subjetivamente, implica numa experiência de errância (no sentido de um caminhar sem rumo ou de um fazer sem sentido) dentro de um espaço organizacional de trabalho (CAMARGO, 2017, p. 128).

A intensificação e ressignificação do sistema com a evolução das tecnologias, dos meios de transporte e informação, sob a égide de uma nova perspectiva teórica, são abordadas por Antunes (2010, p. 11), que escreve “A pragmática neoliberal, a reestruturação produtiva, a financeirização, a expansão moldada na flexibilidade liofilizada, [...] todos dotados de intrínseco caráter destrutivo, têm acarretado profundas metamorfoses, particularmente no universo do trabalho”. O atual sistema capitalista é chamado de financeiro, pois grandes corporações associadas a instituições bancárias passaram a controlar a maior parte da produção, deste modo, a concorrência se intensificou. A evolução tecnológica é um dos resultados desta nova nuance do sistema, contudo, a competitividade corporativista exige cada vez mais a flexibilização do trabalho, ou seja, a redução dos custos de produção em cima das vantagens que os próprios avanços tecnológicos estabelecem.

A flexibilização do trabalho, legitimada pela lógica da ideologia neoliberal, flexibiliza também os direitos trabalhistas, substitui o trabalhador e seu trabalho vivo, dotado de sentido e da essência que torna o indivíduo um ser humano. O modo de trabalho desenvolvido pelo sistema capitalista, principalmente após a Revolução Industrial e, de modo mais intenso recentemente, a partir do século XX, é o trabalho morto, assim chamado por ser mediado por um sistema automatizado de produção. Esta forma de produção cria uma série de aspectos degradantes no modo de se exercer o trabalho, assim:

O século XX pode ser definido sinteticamente como o século do automóvel. Foi através do binômio taylorismo-fordismo que a estrutura produtiva se desenvolveu: uma fábrica (prolongando-se para a sociedade) produzindo sob o controle rígido do capital. Taylor dizia que os trabalhadores deveriam executar o trabalho prescrito, sob rígido controle dos tempos e movimentos, e que deveria existir uma camada de gestores responsáveis pela elaboração e controle da produção. (ANTUNES, 2010, p. 12).

O desenvolvimento dos veículos automotores foram o espaço da evolução dos modelos de produção, ao qual o ser humano foi reduzido a trabalhos sistemáticos e repetitivos, assim como os equipamentos faziam. Deste modo, os sistemas taylorista e fordista controlavam o tempo de produção buscando sempre maior eficiência e produtividade, porém sem qualquer preocupação com qualquer aspecto subjetivo dos trabalhadores. Antunes (2010, p.12) completa que:

Essa materialidade produtiva que se esparramou para o mundo industrial e de serviços (até o McDonalds nasceu sob este signo) teve como corolário a genial fotografia de Chaplin: a degradação do trabalho unilateral, standartizado, parcelar, fetichizado, coisificado, maquinal, massificado, sofrendo até mesmo o controle de sua sexualidade pela empreitada taylorista e fordista. Ainda que regulamentado e contratado, a degradação do trabalho, nessa sociedade, estava estampada em sua mecanização, parcelização, manualização, alienação e, no limite, desantropomorfização.

O toyotismo, por sua vez, apresenta um modelo de trabalho mais qualificado, contudo, a excessiva automação não exige um elevado número de trabalhadores, desta forma, ao trocar o trabalho especializado pelo automatizado, a consequência foi um aumento significativo do desemprego no setor industrial.

A divisão do trabalho se torna global, já que com a redução dos custos dos transportes e do acesso à informação é possível dividir a produção entre os mercados que oferecem os menores custos. A produção flexível tem um determinado produto com componentes vindos de vários lugares do mundo, cada parte contribui com matéria prima e mão de obra trabalhadora barata, assim, um novo modelo de produção:

[...] redesenhou a planta produtiva de modo bastante distinto do taylorismo/fordismo, reduzindo enormemente a força de trabalho viva e ampliando intensamente sua produtividade, reterritorializando e mesmo desterritorializando o mundo produtivo, pois as noções de espaço e o tempo transformavam-se profundamente. (ANTUNES, 2010, p. 13).

O trabalho não se restringe à indústria, contudo, é significativamente influenciado por ela, por isso, os demais setores também se adaptaram ao novo modelo de produção, chamado por Antunes (2010) de multifuncional, assim, na agropecuária e no terciário diversas funções têm como exigência um profissional muito diferente daquele que laborava nos modelos taylorista e fordista.

Apesar de distinto dos anteriores, o modelo toyotista mantém o trabalhador coisificado, ainda que este tenha maior qualificação e uma capacidade multifuncional, esta capacidade exige maior responsabilidade, o sistema produtivo não enxerga o indivíduo dentro do sistema, se houver outro com as mesmas características e demandando um custo menor, o primeiro será

substituído pela lógica flexível da produção. Tal perspectiva trabalhista cria uma competição em âmbito internacional e no mercado interno a terceirização passa a ser uma realidade em que:

O resultado parece evidente: intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo de o capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, corpóreas ou simbólicas. Onde havia uma empresa concentrada, pode-se substituí-la por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. Afloram o trabalho da telemática, o trabalho conectado em rede, o trabalho em casa etc., com as mais distintas formas de precarização (ANTUNES, 2010, p. 14).

Os direitos trabalhistas tão duramente conquistados durante o século XX estão em ameaça, o mercado financeiro de ordem neoliberal fomenta de maneira intensa a flexibilização do trabalho por todo o mundo, a terceirização do trabalho formal e o incentivo ao negócio próprio são estabelecidos como ordenamento funcional aos trabalhadores, que não tem a noção externa de que o sistema não absorve a todos nessa forma de trabalho. Consequentemente, a maioria dos indivíduos fica submetida a um trabalho precarizado e de baixa remuneração.

A atual estrutura do trabalho se configura em molde dialético, ao mesmo tempo em que se exige a qualificação profissional, criam-se estratégias de competição que reduzem os salários a partir de um exército de trabalhadores desempregados, assim, produzem-se três níveis de qualificação:

A pirâmide social do trabalho se segmenta ainda mais em sua estrutura: no topo, temos trabalhos ultraqualificados que atuam no âmbito informacional, das chamadas tecnologias de informação e comunicação; na base, avança a precarização e o desemprego, ambos estruturais, gerando uma força sobrando de trabalho monumental e impossível de ser incorporada pelo capital. No meio, a hibridez, o espaço por excelência do que fora ultraqualificado ontem e se encontra sem trabalho pelo fechamento, transferência ou incorporação da empresa, candidato, ainda mais em época de crise, a se tornar mais um desempregado (ANTUNES, 2010, p. 15).

Recente revisão de literatura (Cortez e col, 2019), baseada na análise de conteúdo de artigos da Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS Psi), identificados a partir dos

descritores Suicídio and Trabalho revelaram que a maioria dos estudos são qualitativos e teóricos, a inexistência de uma agenda de produção que propicie à área a proposição de práticas organizacionais, políticas públicas e legislações sobre o tema.

O suicídio pode ou não ocorrer no local de trabalho. Se ocorre no trabalho está diretamente relacionado ao mesmo já que, para Dejours (2010), o suicídio é sempre endereçado. “Ele participa da ordem da mensagem, mesmo se sua tradução integral é impossível” (DEJOURS, 2010, p. 25). O autor entende que quando o suicídio ocorre no local de trabalho significa, ainda, que as redes tecidas nas relações foram rompidas ou nem estabelecidas, sendo impossível ao trabalhador dar vazão à dor, ao medo, à vergonha.

Mesmo quando o suicídio ocorre fora do local de trabalho, por vezes é claramente percebida sua relação, por exemplo, após um acidente de trabalho. O acidente no trabalho em si já poderia ser considerado um primeiro aviso, uma comunicação inconsciente de que o sofrimento, de qualquer ordem que seja, já beirava o insuportável, sendo imposto um afastamento do trabalho durante a recuperação, ou a impossibilidade de retornar a ele por uma adaptação de função em casos de mutilação ou até pela aposentadoria por invalidez.

Paradoxalmente, o afastamento do trabalho também impõe sofrimento, pois, remete ao “encostado”, “preguiçoso”, “incapaz” ou “inútil”, numa sociedade na qual as pessoas são avaliadas e qualificadas pela função que ocupam e espera-se que o façam com maestria, expertise, superação e excelência. Termos corriqueiramente adotados que podem inviabilizar ao trabalhador uma rotina de bem-estar, que considere seus limites pessoais de jornada de trabalho, sem acúmulos de funções. Há que se desafiar e superar todos os dias, cumprir metas, ser promovido, ganhar mais, ser dinâmico, proativo.

Há muita expectativa em torno do trabalho e do que ele pode significar e possibilitar, mas, há pouca possibilidade de se olhar os impactos que tais expectativas têm exercido em cada trabalhador em particular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, o trabalhador se torna refém de um sistema que o utiliza como ferramenta para geração de mais valia, a perspectiva humana do indivíduo é ignorada, tornando-o coisificado. Desta forma, noção de trabalho geral ou simplificado perde sentido, pois entre os oito aspectos que relativizam o ser humano, a natureza e o trabalho, que dão essência ao sujeito, não existem, já que tal forma de trabalho presente na atualidade é alienada e perversa.

A competitividade criada para evitar o desemprego coloca indivíduos qualificados em posições subalternas às suas formações, aqueles que já se encontravam em modesto estado de precarização se submetem às condições ainda mais desumanas, aqueles que não conseguem se adaptar são julgados e questionados intensamente. A partir de tais perspectivas, não é absurdo entender os motivos que podem vir a provocar problemas diversos no ambiente de trabalho, problemas estes que podem culminar no adoecimento e até mesmo o suicídio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho, Nova Morfologia do Trabalho, suas Principais Metamorfoses e Significados: um balanço preliminar**. In: GUIMARÃES, Cátia, et al. Trabalho, educação e saúde: 25 anos de formação politécnica no SUS. Atelier das Letras Ltda. Rio de Janeiro, 2010.

ALVES, Rubem. **Prefácio**. In: CASSORLA, R.M.S. (Coord) *Do suicídio*: estudos brasileiros. 2 ed. São Paulo: Papirus, 1991.

BOTEGA, N. J. *Crise suicida*. Porto Alegre: Artmed, 2015.

CAMARGO, Mário Lázaro. **Presenteísmo: denúncia do mal-estar nos contextos organizacionais de trabalho e de riscos à saúde do trabalhador**. In: *R. Laborativa*, v. 6, n. 1 (especial), p. 125-146, abr./2017. Disponível em:

<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/1601/pdf> Acesso 15 set. 2019.

CORTEZ, Pedro Afonso et al. **Suicídio no trabalho: um estudo de revisão da literatura brasileira em psicologia**. *Isso. Psicol., Organ. Trab., Brasília*, v. 19, n. 1, p. 523-531, junho, 2019. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572019000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 27 de setembro de 2019.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Suicídio e Trabalho: o que fazer?** Brasília: Paralelo 15, 2010.

ETGES, Norberto Jacob. **Conceito do trabalho, construção do conceito e trabalho do conceito.** Revista Perspectiva. V. 10, n. 17. Florianópolis, 1992.

OMS, Organização Mundial da Saúde: **Prevenção do suicídio, uma recurso para conselheiros.** Genebra, 2006. Disponível em:

<https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

OPAS, Organização Pan-Americana de Saúde. **Folha informativa – Suicídio.** Brasil, 2018, Disponível em:

<https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5671:folha-informativa-suicidio&Itemid=839> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo.** Edusp: São Paulo, 2013.

SAWAIA, BaderBurihan. **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade.** 7ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007.

Enviado em 25/03/2020

Aceito em 11/07/2020